

Superior Tribunal de Justiça

SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA Nº 2.479 - DF (2019/0026645-6)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
REQUERENTE : **MUNICÍPIO DE SIRIRI**
ADVOGADOS : **BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO - PE011338**
 CLÁUDIO DE AZEVEDO MONTEIRO - PE000129B
 ANA KARINA PEDROSA DE CARVALHO - PE035280
REQUERIDO : **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A REGIÃO**
INTERES. : **AGENCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E**
 BIOCOMBUSTÍVEIS
ADVOGADO : **ADRIANA MAIA VENTURINI - DF025372**

DECISÃO

O MUNICÍPIO DE SIRIRI opõe-se ao julgamento virtual do agravo interno por ele interposto e requer a designação de data para julgamento presencial (fls. 125-128).

O feito foi retirado de pauta para melhor exame das alegações.

O requerente não apresenta argumentação que embase a não submissão do recurso a julgamento virtual, não tendo sido verificada a possibilidade de sustentação oral ou alguma excepcionalidade que recomende o julgamento presencial.

Ressalte-se que o procedimento de julgamento virtual possibilita a disponibilização do processo e do voto do relator para os demais componentes do órgão colegiado pelo período de 7 dias, em muito superior ao dos julgamentos presenciais, o que beneficia as partes.

Ante o exposto, **indefiro o presente pedido e determino a reinclusão do feito em pauta para julgamento virtual.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente